



REGULAMENTO GERAL DE DESSPORTOS GÍMNICOS 2019-2020



EDUCAÇÃO



Desporto Escolar

1. INTRODUÇÃO	2
2. PARTICIPAÇÃO	2
3. PROTOCOLOS.....	6
4. ORGANIZAÇÃO DAS COMPETIÇÕES	7
5. AJUIZAMENTO.....	9
6. EMPATES CLASSIFICATIVOS.....	11
7. EQUIPAMENTO/MATERIAL DE PROVA	11
8. QUADROS COMPETITIVOS ESPECÍFICOS	13
9. CERIMÓNIAS PROTOCOLARES	13
10. RECLAMAÇÕES	14
11. CASOS OMISSOS	14

1. INTRODUÇÃO

O presente documento – Regulamento Geral de Desportos Gímnicos, aplica-se a todas as atividades dos grupos-equipa (GE) de Desportos Gímnicos (DG) realizadas no âmbito do Programa do Desporto Escolar (PDE) em vigor, articulado com o Regulamento do Programa do Desporto Escolar 2019_20 e com o Regulamento Geral de Provas e Regras Oficiais em vigor. Pode ainda ser complementado por eventuais adaptações emanadas pelo documento orientador de prova da respetiva fase (Local, Regional e Nacional) a elaborar pela entidade organizadora, “(...) as quais deverão ser validadas pela respetiva Coordenação Regional ou Coordenação Nacional, consoante o âmbito.”¹

Nota Prévia

A modalidade de Desportos Gímnicos do Desporto Escolar é constituída pelas seguintes disciplinas: Ginástica Acrobática, Ginástica Aeróbica, Ginástica Artística, Ginástica de Grupo e Ginástica de Trampolins.

Pretende-se, com este regulamento, uniformizar alguns princípios inerentes ao Desporto Escolar.

2. PARTICIPAÇÃO

De acordo com o artigo 3 do Regulamento do Programa do Desporto Escolar (RPDE) 2019/20, *1:

- “1 - Entendem-se por provas oficiais as atividades desportivas de carácter competitivo e todos os eventos promovidos pelas estruturas do Desporto Escolar do Ministério da Educação, de âmbito geográfico, local, regional, nacional e internacional.”*2
- “3 – A participação do Grupo-Equipa nas atividades desportivas e nos eventos promovidos pelas estruturas do Desporto escolar tem carácter obrigatório e pode ocorrer ao fim de semana.”*3

De acordo com os artigos 10º e 11º do Regulamento do Programa do Desporto Escolar 2019/20, pp.5, a participação do GE nas atividades do PDE está a aberta a todos os alunos nascidos entre 2000 e 2010, desde que devidamente inscritos na Base de Dados.

Deverão ainda ser respeitadas as restrições do quadro seguinte, relativamente ao nível do escalonamento etário das diferentes disciplinas gímnicas:

Disciplina	Nível	Escalão				
		Infantil A	Infantil B	Iniciado	Juvenil	Junior
Acrobática	N1	SIM	SIM			
	N2	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM
	N3	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM
Aeróbica	N1	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM
	N2	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM
Artística	N1	SIM	SIM	SIM		
	N2	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM
	N3	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM
Trampolins	N1	SIM	SIM	SIM		
	N2	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM
	N3	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM
Grupo		SIM	SIM	SIM	SIM	SIM

*1 DGE – ME, Regulamento do Programa do Desporto Escolar 2019-2020, pp.3 – artigo 7º: 1

*2 DGE – ME, Regulamento do Programa do Desporto Escolar 2019-2020, pp.1 – artigo 3º

*3 DGE – ME, Regulamento do Programa do Desporto Escolar 2019-2020, pp.1 – artigo 3º

2.1 De acordo com o artigo 11º de RPDE 2019-2020, na modalidade de desportos gímnicos as escolas podem inscrever até ao máximo, 5 GE por escola, cumprindo os seguintes critérios:

- Cada GE tem de especificar, na base de dados, qual(ais) a(s) disciplina(s) principal(ais);
- No total de GE por escola, podem repetir no máximo duas disciplinas
- No total de GE por escolas, podem ter no máximo 7 disciplinas principais. Ver exemplos do quadro seguinte:

Exemplo 1		Exemplo 2		Exemplo 3		Exemplo 4		Exemplo 5		Exemplo 6	
GE	Disciplinas	GE	Disciplinas	GE	Disciplinas	GE	Disciplinas	GE	Disciplinas	GE	Disciplinas
A	GRUPO	A	GRUPO + ACRO	A	GRUPO + ACRO	A	GRUPO + ACRO + TRAM	A	GRUPO + ACRO + TRAM	A	GRUPO + ACRO + TRAM + AERO
B	GRUPO	B	GRUPO	B	GRUPO + ACRO	B	GRUPO + ACRO	B	GRUPO + ACRO + ARTIS	B	GRUPO + ACRO + ARTIS
C	ACRO	C	ACRO	C	AERO	C	AERO	C	AERO	C	***
D	ACRO	D	AERO	D	ARTIS	D	ARTIS	D	**	D	***
E	TRAM	E	TRAM	E	TRAM	E	*	E	**	E	***

* Como atingiu o número máximo de disciplinas principais com 4 GE, não pode criar o 5º GE

** Como atingiu o número máximo de disciplinas principais com 3 GE, não pode criar o 4º e o 5º GE

*** Como atingiu o número máximo de disciplinas principais com 2 GE, não pode criar o 3º, o 4º e o 5º GE

- Os alunos inscritos num GE, para além de competirem na(s) disciplina(s) principal(ais) do seu grupo equipa, podem participar em todas as outras disciplinas da modalidade.
- No caso da Ginástica de Grupo/Aeróbica, um GE pode inscrever-se numa prova em várias apresentações, desde que essa apresentação tenha o número mínimo de alunos e esses alunos não atuem em mais nenhuma participação. Ver o quadro seguinte e o ponto 2.11.

Exemplo de uma escola com 5 GE			Exemplo de uma escola com 3 GE			Exemplo de uma escola com 1 GE		
GE	Disciplina	participações	GE	Disciplina	participações	GE	Disciplina	participações
A	GRUPO	Participação A em GRUPO	A	GRUPO	Participação A em GRUPO	A	GRUPO	Participação A em GRUPO
B	GRUPO	Participação B em GRUPO	B	ACRO	Participação B em GRUPO			Participação B em GRUPO
C	ACRO	Participação C em GRUPO	C	TRAM	Participação C em GRUPO			
D	TRAM							
E	ARTIS							

NOTA: No caso dos GE onde a disciplina principal for GRUPO, se existirem alunos que não participem na competição no GE de origem, podem competir pelas restantes apresentações.

2.2 O estabelecimento de ensino encontra-se obrigado(a) a participar no(s) quadro(s) competitivo(s) da(s) disciplina(s) em que se encontra inscrito(a) na Base de Dados. Isto é, se abrir um GE referenciado em Trampolins e Artística, terá que, obrigatoriamente apresentar alunos em competição nas duas disciplinas, estando sujeito às regras estabelecidas em termos de participação.

2.3 Cumprindo os pressupostos dos dois últimos pontos, o estabelecimento de ensino de origem dá ao aluno a possibilidade, caso não exista a disciplina que pretende frequentar no seu agrupamento de escolas ou escola não agrupada, de se inscrever num outro agrupamento de escolas ou escola não agrupada de acolhimento. Isto é, caso a escola assinala na Base de Dados uma disciplina que na realidade não oferece, e o aluno pretenda frequentá-la noutra escola, o Protocolo de Cooperação entre os dois estabelecimentos não se poderá celebrar por não ficar em conformidade com o regulamentado, (como explicitado no ponto 3. Protocolos).

2.4 Independentemente do GE de DG em que o aluno se encontra inscrito, o praticante inscrito num GE de DG poderá competir em qualquer disciplina da modalidade, salvaguardando-se as exceções previstas no ponto 3. Protocolos. Para isso, o estabelecimento de ensino em que o aluno se encontra inscrito tem de oferecer e referenciar devidamente essa(s) disciplina(s) na

Base de Dados. Por exemplo, um aluno encontra-se inscrito no GE “A” de um agrupamento de escolas ou escola não agrupada com dois GE de DG, (em que “A” está referenciado na Base de Dados com Ginástica Acrobática e Trampolins, e “B” está referenciado na Base de dados com Ginástica de Grupo). Neste caso o aluno poderá participar também nas competições do GE “B” – Ginástica de Grupo. Para tal, o professor responsável terá que apresentar em competição a ficha nominal do GE “A” de DG, no qual o aluno se encontra devidamente inscrito. A participação em competição nas diferentes disciplinas é uma opção do aluno e respetivo professor, que deverá ter em conta que as provas das diferentes disciplinas podem decorrer em simultâneo.

2.5 Em cada disciplina, cada aluno poderá apresentar-se em competição apenas num nível de dificuldade, com a exceção da disciplina de **Trampolins**. Uma vez que as classificações dos aparelhos são independentes, o aluno pode inscrever-se, por exemplo, em tapete nível 1 e minitrampolim nível 3. Neste caso, o aluno tem de se inscrever na competição duas vezes, em tapete N1 e em minitrampolim N3. Alunos nestas condições nunca poderão ter uma classificação em Prova Combinada de Trampolins (PCT)

2.6 Na fase local, o aluno poderá progredir de nível de dificuldade, desde que se cumpram as seguintes condições:

- As provas não se realizem em simultâneo (mesmo dia e local);
- O aluno que se apresente uma vez em competição num nível não poderá retroceder – apenas poderá avançar no nível;
- Cumpra na totalidade o quadro competitivo previamente estabelecido, pois as notas obtidas no nível precedente não serão consideradas para efeitos classificativos no nível seguinte, caso já tenha sido realizada alguma prova qualificativa.

2.7 Na fase Local, cada GE tem que apresentar, obrigatoriamente, em competição de acordo com os seguintes critérios:

2.7.1 Nos GE em que as disciplinas principais são: ginástica acrobática, ginástica artística, trampolins e aeróbica, estes têm de participar nas competições com pelo menos 7 participantes do respetivo GE de origem, independentemente do nível e género.

2.7.2 Nos GE em que a disciplina principal é a Ginástica de Grupo, estes têm de participar nas competições com pelo menos 10 elementos, como consta no respetivo GE de origem, independentemente do género.

- Os alunos provenientes de outros grupos equipas de DG, não podem ser contabilizados para atingirem o requisito mínimo de participantes de um outro GE.

NOTA 1 – Numa competição, só podem ser contabilizados os alunos que estejam devidamente identificados, como consta no artigo 8 do Regulamento Geral de Provas.

NOTA 3 – Caso um GE se apresente com o número mínimo de alunos, mas um deles não se encontra devidamente identificado, é averbada uma **FALTA ADMINISTRATIVA**.

NOTA 4 - Nas disciplinas de Ginástica Artística, Acrobática, Trampolins e Aeróbica, caso um GE não cumpra com o número mínimo de elementos, ser-lhe-á averbada **FALTA ADMINISTRATIVA**. Esta falta é apenas contabilizada para efeitos de análise da participação da escola nas atividades

do Desporto Escolar durante o respetivo ano letivo, não havendo implicação direta na classificação obtida pelos alunos na competição individual.

NOTA 5 - No caso de um GE de Ginástica de Grupo não cumprir com o número mínimo de elementos, ser-lhe-á averbada **FALTA ADMINISTRATIVA**, no entanto o GE pode participar, mas para efeitos classificativos, o grupo não será pontuado.

2.7.3 Com um professor responsável pelo GE, de acordo com o emanado pelo artigo 5º do Regulamento Geral de Provas em vigor.

2.7.4 Com alunos juizes/árbitros por disciplina em que se apresenta em competição, sendo o número dos mesmos, definido pela organização da prova. Caso o GE não cumpra este pressuposto ser-lhe-á averbada Falta Administrativa. Os alunos participarão na atividade, somente como extracompetição, não lhes sendo atribuída classificação, e não podendo progredir à fase seguinte do quadro competitivo (Campeonato Regional e/ou Nacional Escolar).

2.8 O não cumprimento, pelo GE, da totalidade do ponto 2.7. do presente regulamento, será considerado para efeitos de análise sobre a continuidade do mesmo no âmbito do projeto do Desporto Escolar do Agrupamento de Escolas ou Escola não Agrupada;

2.9 O professor responsável por um GE com aluno(s) participantes nos dois sistemas (Escolar e Federado) deverá ter em consideração o seguinte:

- Solicitar a este(s) alunos que lhe transmitam as datas do calendário competitivo federado e da probabilidade e intencionalidade de participação nessas provas;
- Se tiver aluno(s) inscrito(s) numa prova do DE, de apuramento para a fase regional ou nacional e que o(s) mesmo(s) tenha(m) optado por participar numa prova federada cuja data coincida com o campeonato regional ou nacional escolar, deverá informar a respetiva coordenação local ou regional (de acordo com a fase do quadro competitivo – local ou regional) que transmitirá esta informação à comissão organizadora da prova. Isto é, o professor tem de comunicar que tem aluno(s) que, caso seja(m) apurado(s) para a fase seguinte, não tenciona(m) participar na mesma;
- Assim, o(s) aluno(s) integra(m) regularmente a prova em questão, fazendo parte da mesma e da sua tabela classificativa com todos os direitos que lhe são inerentes. No entanto, e para efeitos de apuramento, cede automaticamente o seu lugar ao colega seguinte na tabela classificativa. Deste modo, evita-se que fiquem quotas por preencher nos campeonatos regionais e nacional.

2.10 Em Ginástica Acrobática não é permitida qualquer alteração na constituição dos pares/grupos, seja qual for a alteração ou o motivo. A substituição de um aluno(a) por outro(a) é considerada como um novo par/grupo, não podendo por isso ser considerado nenhum resultado anterior à nova formação, excluindo-se assim a possibilidade de apuramento para fases seguintes;

2.11 Em Ginástica Aeróbica ou Grupo, uma escola poderá participar com diferentes grupos/conjuntos numa mesma competição, desde que:

- Cumpra com o número mínimo de participantes, estipulado no respetivo Regulamento Específico (RE);
- Não repita qualquer participante nos grupos em Ginástica de Grupo, isto é, ao (à) aluno(a) só é permitida uma participação. Não é possível a participação em dois ou mais exercícios numa prova. Caso tal aconteça, levará à desclassificação dos grupos/conjuntos em que o aluno tenha participado;
- Em Ginástica Aeróbica o(a) aluno(a) poderá ter uma participação por categoria (individual, trio ou grupo), pois constituem-se em competições autónomas.

2.12 Para efeitos de monitorização do quadro competitivo local, cada CLDE terá que preencher uma Ficha de Monitorização anual de DG, de acordo com o seguinte:

- A Ficha de Monitorização é disponibilizada à CLDE pela CNDE;
- Cada CLDE preencherá apenas uma ficha ao longo do ano letivo, onde constem os dados de todas as jornadas competitivas solicitados na referida ficha;
- A Ficha de Monitorização será submetida pela CLDE para a CNDE uma única vez, após a realização de todas as competições das diferentes disciplinas gímnicas;
- Juntamente com a Ficha de Monitorização terão que ser enviados todos os ficheiros de classificação das provas realizadas e referenciadas no mesmo;
- A CLDE deverá enviar os documentos referidos no ponto anterior para: cnde.dde@gmail.com
- Data limite de envio dos documentos referidos no ponto anterior: até ao final do ano letivo (15 de junho);
- A Ficha de Monitorização deverá ser preenchida de acordo com as instruções expressas na mesma.

3. PROTOCOLOS

“1 - Nos casos em que as modalidades ou disciplinas desportivas pretendidas pelos alunos não estejam disponíveis no seu estabelecimento de ensino, poderão inscrever-se num Grupo-Equipa de outro estabelecimento do ensino (...)”⁴. Tendo em conta os pressupostos enumerados nas diferentes alíneas do ponto 1 do documento citado:

3.1 De acordo com o ponto anterior, o estabelecimento de ensino de origem do aluno poderá ter GE de DG mas, caso não ofereça a disciplina pretendida pelo aluno, poderá o mesmo inscrever-se noutra estabelecimento de ensino tendo em conta o seguinte:

3.1.1 A escola com GE de DG, que assine um protocolo com outra escola no sentido de possibilitar a prática de uma disciplina que não oferece a um/vários aluno(s), prescinde durante a vigência do protocolo a possibilidade da participação nas competições dessa disciplina.

3.1.2 O aluno nunca poderá representar, em DG, dois estabelecimentos de ensino em simultâneo, isto é, não poderá estar inscrito numa disciplina gímnica no estabelecimento de ensino “A”, e noutra disciplina gímnica no estabelecimento de ensino “B”;

⁴ DGE – ME, Regulamento do Programa do Desporto Escolar 2019-2020, pp.10 – artigo 14º

- 3.1.3** Se o aluno optar por frequentar uma dada disciplina, por exemplo Trampolins, num estabelecimento de ensino, porque não existe na sua escola de origem, ainda que a escola de acolhimento ofereça também uma outra disciplina que existe na sua escola de origem, por exemplo Artística, o aluno nunca poderá frequentar esta disciplina (quer no estabelecimento de ensino de acolhimento, quer no de origem);
- 3.1.4** O aluno poderá frequentar no estabelecimento de ensino de acolhimento todas as disciplinas gímnicas que não sejam oferecidas no estabelecimento de ensino de origem do aluno;
- 3.1.5** Na celebração do protocolo de cooperação entre os estabelecimentos de ensino terá que estar explícito, para além da modalidade (Desportos Gímnicos), a disciplina não existente no estabelecimento de ensino de origem e que o aluno pretende frequentar no de acolhimento.
- 3.1.6** De modo a que haja um controlo efetivo sobre estas situações particulares há que cumprir o seguinte:
- Terão que ser celebrados tantos protocolos quanto o número de disciplinas que o aluno pretenda frequentar no estabelecimento de ensino de acolhimento;
 - Sempre que seja celebrado um protocolo de cooperação, no âmbito dos DG, uma cópia do(s) mesmo(s) terá que acompanhar o aluno nas competições em que este participe. Caso tal não se verifique o aluno participará na atividade, somente como extracompetição, não lhe sendo atribuída classificação, e não podendo progredir à fase seguinte do quadro competitivo (Campeonato Regional e/ou Nacional Escolar).

4. ORGANIZAÇÃO DAS COMPETIÇÕES

- 4.1** O programa de competição em DG prevê a realização de provas das várias disciplinas.
- 4.2** As provas das diferentes disciplinas poderão decorrer em simultâneo e no mesmo local, no entanto, tal decisão deverá ser ponderada pela entidade organizadora tomando em consideração o número de participantes e todas as questões de logística, necessárias para a realização das mesmas (recursos materiais e humanos).
- 4.3** De modo a assegurar o cumprimento dos pressupostos descritos nos respetivos RE, para a fase local, a Coordenação Local do Desporto Escolar (CLDE), entidade responsável pela organização dos quadros competitivos, deverá efetuar, antes da primeira competição, um levantamento do número provável de participantes por disciplina/nível. Caso se verifique um número elevado de participantes numa determinada disciplina/nível, a organização do quadro competitivo deverá ser assegurada por zonas ou escolas de proximidade. Neste caso, o quadro competitivo será faseado, com uma primeira fase de apuramento (por zonas) e uma fase final (CLDE). Estas situações são mais prováveis nos níveis 1 e 2 (em Acrobática, Artística e Trampolins) e nível 1

(Aeróbica), pelo que a fase final destes níveis poderá realizar-se juntamente com a competição de apuramento para o campeonato regional ou em alternativa, e uma vez que para os referidos níveis não existe campeonato regional ou nacional, estender-se até final do terceiro período.

- 4.4** Quando decorrem em simultâneo e no mesmo local provas de diferentes disciplinas, cada uma deverá ser alvo de tratamento autónomo, isto é, dever-lhe-ão ser afetos recursos próprios, de modo a que cada uma possa decorrer com o mínimo de interferência das outras e que os seus pontos críticos de operacionalização sejam facilmente ultrapassados.
- 4.5** Para o processo de acreditação, e de modo a garantir o cumprimento do ponto 3.1. do presente regulamento, a organização da prova deverá dispor de uma listagem dos estabelecimento de ensino que oferecem GE de DG com as disciplinas discriminadas.
- 4.6** A responsabilidade da acreditação nas provas locais é da respetiva CLDE, podendo esta delegar este processo na escola/entidade organizadora.
- 4.7** É da responsabilidade da CLDE o envio das listagens dos agrupamentos de escolas ou escolas não agrupadas pertencentes à sua área (previstas em 4.5.), antes de cada encontro/competição para a escola organizadora da prova.
- 4.8** Os documentos a utilizar nas diferentes provas (Cartas de Competição/Prova, ficheiros de classificação) poderão ser os disponibilizados para o efeito pela Coordenação Nacional do Desporto Escolar ou outros. Sendo que os últimos terão que obedecer aos seguintes pressupostos:
- Têm de estar de acordo com os RE em vigor;
 - A sua utilização requer autorização prévia da Coordenação Nacional do Desporto Escolar;
 - Todos os intervenientes na operacionalização da prova terão que ter conhecimento prévio e atempado dos mesmos (professores e alunos juizes/árbitros).
- 4.9** A realização das diferentes provas está prevista por género (feminino, masculino ou misto), níveis (1, 2 e 3), grupos/conjuntos, pares e trios.
- 4.10** Em Ginástica Aeróbica ou Grupo, no caso de um estabelecimento de ensino se fazer representar em prova, por mais do que um conjunto/grupo, deverão os mesmos designar-se por A, B, C, etc.
- 4.11** A constituição dos grupos de trabalho, a ordem de passagem e a rotação será definida por sorteio efetuado pela organização da competição.
- 4.12** Em Ginástica Artística e Trampolins a ordem de passagem da primeira rotação é definida por sorteio. Nas rotações seguintes a ordem de passagem poderá ser a mesma ou, se a organização da prova considerar que reúne condições para tal, reordenada por classificação após a rotação anterior - por ordem crescente do último para o primeiro classificado (passando a ordem de

passagem da rotação a ter como primeiro executante o último aluno da tabela classificativa e o último executante o primeiro da tabela classificativa).

4.13 Sempre que possível as notas atribuídas a cada ginasta/par/grupo/conjunto deverão ser tornadas públicas imediatamente após a sua execução. Quando, por razões de natureza logística, tal não for possível, as notas são tornadas públicas no momento da afixação das respetivas classificações.

4.14 Em qualquer prova, as classificações terão que ser tornadas publicas após o término da mesma e antes da entrega de prémios. O documento a ser publicado deverá revelar as notas discriminadas, a pontuação total e a respetiva classificação obtida. Assim, para as diferentes disciplinas deverá vir expresso o seguinte:

- Ginástica Acrobática: execução, artística, dificuldade, deduções, total e classificação;
- Ginástica Aeróbica: execução, artística, dificuldade, deduções, total e classificação;
- Ginástica Artística: execução, composição ou dificuldade e deduções, por aparelho/especialidade, total e classificação;
- Ginástica de Grupo: técnica A, técnica B, artística, deduções, total e classificação;
- Trampolins: execução, dificuldade e deduções, total e classificação;

As notas de execução, artística e/ou composição deverão ser as notas finais obtidas (através de médias ou somas) e nunca discriminadas por juiz.

As deduções aplicadas deverão surgir no documento de classificações finais devidamente discriminadas.

Para o cumprimento do mencionado neste ponto poderão ser utilizados os ficheiros de classificação disponibilizados pela Coordenação Nacional do Desporto Escolar.

5. AJUIZAMENTO

De acordo com o especificado no Regulamento Geral de Provas do Desporto Escolar em vigor, pp15, artigo 25º, “1. Em todos os jogos/provas da Fase Local, Regional e Nacional é obrigatório que cada equipa seja acompanhada por 1 (um) aluno juiz/árbitro, com formação para exercer as funções de arbitragem, cronometragem e secretariado. Excetuando-se as modalidades cujo Regulamento Específico contemple outro número de árbitros ou outras formas de arbitragem: (...)”

Assim, todos os GE devem obrigatoriamente fazer-se acompanhar por juízes-árbitros habilitados para o nível da competição em que se apresentam e em número definido pela organização da prova.

Nas provas das fases regional e nacional, os alunos juízes/árbitros deverão ser indicados pelas respetivas coordenações locais e regionais de acordo com a sua formação e competência revelada nas fases competitivas precedentes, devendo esta articulação ser feita entre os professores responsáveis pelos diferentes GE, o professor de apoio à modalidade (local e regional) e a Coordenação Nacional de Modalidade.

Em cada painel de Júri deverá, tanto quanto possível, ser garantida a representatividade por agrupamento de escolas ou escola não agrupada - fase local, por CLDE - fase regional e por Coordenação Regional do Desporto Escolar (CRDE) - fase nacional. No entanto, para a construção do painel de ajuizamento deverá prevalecer o critério da competência e qualidade do aluno juiz/árbitro. Quando num painel de ajuizamento estiver mais que um aluno juiz/árbitro por escola, por CLDE ou por CRDE, a organização da prova deverá acautelar o seguinte: esses juízes/árbitros não poderão ser colocados a pontuar lado a lado e sempre que o RE da disciplina o permita, deverão pontuar áreas diferentes. Por exemplo em Ginástica de Grupo um deverá ficar a pontuar artística e outro a técnica, ou em Acrobática um a pontuar execução e outro a artística.

A entidade organizadora da prova poderá criar uma bolsa de juízes/árbitros, que permita assegurar o bom desenvolvimento da mesma. Essa bolsa poderá ser constituída por alunos pertencentes ou externos ao Sistema Educativo (e que por isso não estejam inscritos na Base de Dados), desde que:

- O plano de atividades da instituição a que estes últimos pertencem tenha esta atividade devidamente enquadrada. Cabe à entidade organizadora verificar esta situação, assegurando-se que estes participantes se encontram sob a responsabilidade da instituição a que pertencem aquando da realização das atividades do Desporto Escolar;
- Todos os elementos que constituem essa bolsa tenham feito formação específica por disciplina.

No entanto, estes elementos devem ser uma alternativa, caso não se consiga garantir o número suficiente de alunos juízes/árbitros para a realização da prova entre os agrupamentos de escolas ou escolas não agrupadas participantes. Sempre que o número de juízes/árbitros seja assegurado pelo estabelecido nos regulamentos, os elementos pertencentes à bolsa de juízes poderão intervir na prova em sistema tutorial.

Respeitando o princípio consagrado no artigo 25º, alíneas b) e c) do Regulamento Geral de Provas em vigor, ao praticante de Desportos Gímnicos não é permitida, em qualquer das fases do quadro competitivo, exercer simultaneamente as funções de praticante e juiz/árbitro na prova em que vai competir. Isto significa que se o aluno, na fase local, estiver a competir em Artística, nível 3, poderá pontuar uma prova de artística, nível 2, desde que as duas provas não decorram em simultâneo. Assim como, poderá na fase regional ou nacional, estando a competir em Artística, pontuar Trampolins, desde que as provas não decorram em simultâneo. Deste modo se assegura que o aluno não interfere nas classificações da sua prova.

É expressamente proibido, durante o decorrer da competição e na cerimónia protocolar, o contacto de qualquer aluno(a) ou professor(a) com qualquer juiz/árbitro.

De acordo com a idade/maturidade/formação/experiência dos alunos juízes/árbitros, fatores que influenciam a sua capacidade de concentração, na estrutura da prova deverão ser equacionados momentos de pausa para os diferentes painéis de ajuizamento.

A formação de juízes/árbitros em DG deverá ser feita por etapas. A primeira deverá ser realizada no primeiro período e promovida pela CLDE, em parceria com escola(s) que se proponham ministrar formação, ou com a Associação de Ginástica Local. Esta fase da formação deverá ser dirigida aos alunos

pertencentes à CLDE promotora, sendo que alunos pertencentes a CLDE de proximidade também a poderão frequentar se houver condições para tal, assim como os eventuais constituintes da bolsa de ajuizamento referida anteriormente.

Nesta primeira fase, a formação deverá incluir uma breve síntese do RE da disciplina, uma análise/explicação dos critérios de pontuação e prática de pontuação por visionamento de vídeos, dando-se maior relevo a este último aspeto. Terá que ser direcionada para os diferentes níveis mencionados nos RE.

A etapa seguinte deverá ser realizada durante os meses de janeiro e fevereiro, promovida pela CRDE, delegando numa CLDE as funções de organização da formação, em parceria com a Associação de Ginástica Local ou outra entidade competente. Esta fase da formação é dirigida aos alunos pertencentes à CRDE promotora, que frequentaram a primeira fase de formação, ou que não o tendo feito, estejam preparados para o fazer por já terem formação e prática de pontuação de anos anteriores.

Nesta fase, a duração da formação deverá ser maior do que a precedente, incluindo uma análise/explicação dos critérios de pontuação, prática de pontuação por visionamento de vídeos e direcionada para os diferentes níveis mencionados nos RE.

É recomendável que a avaliação dos formandos seja eminentemente prática, através de um teste que consiste no visionamento de prestações e pontuação das mesmas.

É fundamental que, no decorrer dos campeonatos regionais e nacional, exista igualmente um momento formal de formação, no sentido de rever e aferir critérios de pontuação. Etapa que será promovida pela organização das respetivas provas.

Nas diferentes etapas de formação os alunos deverão fazer-se acompanhar dos respetivos RE, devendo as cartas de competição e outra documentação que se considere pertinente ser disponibilizadas pela entidade promotora.

6. EMPATES CLASSIFICATIVOS

Em caso de igualdade pontual, serão aplicados os critérios de desempate definidos para cada um dos RE, definindo assim a classificação final. O programa de pontuação de cada uma das especialidades faz automaticamente esse desempate, ordenando os alunos/grupos pela pontuação, tendo em conta os critérios de desempate atribuídos.

7. EQUIPAMENTO/MATERIAL DE PROVA

7.1 Os alunos devem utilizar equipamento adequado à prática da modalidade e de acordo com os regulamentos específicos da respetiva disciplina.

7.2 A entidade organizadora das diferentes provas colocará à disposição dos participantes os equipamentos/aparelhos necessários, devendo ter em conta as seguintes especificações:

7.2.1 Aeróbica

Para as competições de Ginástica Aeróbica do Desporto Escolar não é necessário nenhum praticável específico para a disciplina, as competições realizam-se no chão dentro de uma área delimitada:

- 7m x 7m – categorias individuais e trios;
- 10m x 10m - categoria grupos.

As áreas poderão ser marcadas uma dentro da outra.

A fita de marcação das áreas de competição deve ser visível, com 5 cm de largura e faz parte integrante da área de competição.

7.2.2 Acrobática

A área de competição para Ginástica Acrobática é de 12m x12m.

No nível 3, as provas serão realizadas num praticável gímnico constituído por 7 rolos com (14m x 2m) onde se delimitará uma zona correspondente à área de competição ou 6 rolos com (12m x 2m). A fita de marcação da área de competição deve ser visível, com 5 cm de largura e faz parte integrante da área de competição.

Na eventualidade de ser disponibilizado um praticável dinâmico, terá que existir um período de treino/aquecimento que permita a adaptação dos alunos ao mesmo.

7.2.3 Artística

Os aparelhos/equipamentos a disponibilizar deverão ser, tanto quanto possível, idênticos ao especificado no respetivo regulamento. Deverá estar previsto um período de tempo, antes da competição, para que os ginastas treinem e se adaptem aos aparelhos disponibilizados.

- Na entrada da trave é permitida a utilização de um trampolim tipo *Reuther*.
- No nível 3
 - O solo deverá ser realizado sobre um rolo de praticável (14m x 2m);
 - Para o salto deverá ser utilizado um trampolim *Reuther*, ou similar, com sensivelmente 0,20m de altura.

7.2.4 Ginástica de Grupo

Para as provas de Ginástica de Grupo a organização da prova disponibilizará um praticável gímnico - 7 rolos de praticável de (14m X 2m) - com uma área de 14m x 14m, sendo esta a área total de competição de Ginástica de Grupo.

7.2.5 Trampolins

Para as competições de nível 3 independentemente da fase competitiva (local, regional ou nacional) o mini trampolim a utilizar é “Open-End”, figura 1, a altura e inclinação do mini trampolim é a definida de acordo com a figura 2.

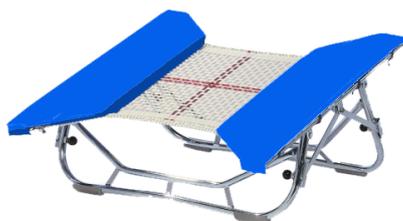


Fig. 1



Fig. 2

- Tapete

4 Rolos de praticável (14m x 2m), em que um rolo se coloca no seguimento do outro e os outros 2 sobrepostos sobre os primeiros (perfazendo um total de 28 m). 15 metros deverão ser delimitados como zona de execução, os restantes farão parte da zona de balanço (que poderá ser maior, caso haja disponibilidade de espaço), no final deverão ser colocados colchões para a zona de receção.

NOTA: Na Ginástica Acrobática e de Grupo, nos encontros locais, no caso de não haver praticável, ou este não preencher o espaço destinado à competição, deverão ser colocados colchões. É EXPRESSAMENTE PROÍBIDO a realização de uma prova destas duas disciplinas num espaço de competição sem praticável e/ou sem colchões.

8. QUADROS COMPETITIVOS ESPECÍFICOS

A regulamentação está definida nos RE de cada disciplina.

8.1 Quotas de participação/representação Fases Regionais e Nacionais

As quotas de participação para acesso às fases regional e nacional serão estabelecidas de acordo com o artigo 20º do Regulamento Geral de Provas em vigor.

9. CERIMÓNIAS PROTOCOLARES

A presença nas cerimónias protocolares de entrega de medalhas e nos desfiles é obrigatória, salvo casos excecionais devidamente autorizados.

A não comparência na cerimónia protocolar de entrega de medalhas pode implicar a perda da classificação e do prémio correspondente, sendo o mesmo atribuído ao seguinte na classificação geral.

Apenas participam na cerimónia protocolar os (as) alunos (as) classificados nos três primeiros lugares, devendo para tal apresentar-se com o fato de competição e seguir as orientações dadas pela organização da prova.

Durante a cerimónia protocolar os restantes participantes deverão permanecer em local reservado para tal indicado pela organização da prova.

Todos os participantes, medalhados ou não, deverão revelar respeito e uma conduta adequada à cerimónia em causa.

Cada agrupamento de escolas ou escola não agrupada, caso possua, deverá fazer-se acompanhar do respetivo estandarte para ser utilizado nas cerimónias protocolares - em desfiles de abertura e/ou encerramento.

10. RECLAMAÇÕES

As reclamações relativas às notas de competição em Desportos Gímnicos só podem ser referentes à sua própria prestação e exclusivamente em relação ao seguinte:

- Acrobática, Aeróbica e Trampolins - à nota de dificuldade;
- Ginástica Artística – à nota de composição;
- Ginástica de Grupo – às deduções.

A reclamação terá de ser formalizada por escrito, através de um professor(a) acreditado(a) explicando porque não concorda com a nota atribuída. Para tal dispõe de 10 minutos após a publicação das classificações. O responsável técnico da prova terá que dar resposta à mesma antes de se dar início à cerimónia de entrega de prémios, independentemente de tal poder ou não vir a interferir com os três primeiros classificados.

11. CASOS OMISSOS

Os casos omissos neste Regulamento são analisados e resolvidos pelos Coordenadores locais e regionais do Desporto Escolar e, em última instância, pela Coordenação Nacional do Desporto Escolar e da sua decisão não cabe recurso.